# **Demonstrações Contábeis**

# Companhia Transudeste de Transmissão

31 de dezembro de 2009 e 2008 com Parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2009 e 2008

Índice

### Relatório da Administração

Parecer dos auditores independentes	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Demonstrações dos valores adicionados	
Balanços sociais (não auditados)	
Notas explicativas às demonstrações contábeis	

#### Relatório anual da Administração Aos acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transudeste de Transmissão, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2009, acompanhada do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

#### A Companhia

A Companhia Transudeste de Transmissão tem como objetivo social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica.

Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 005/2005, lote F - ANEEL, datado de 04 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 140 km de extensão, tendo origem na subestação de Itutinga, e término na subestação de Juiz de Fora, ambas no Estado de Minas Gerais.

#### Sistema de transmissão

O sistema da Companhia Transudeste de Transmissão integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL é do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados por Furnas Centrais Elétricas S.A e CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transudeste de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

#### Disponibilidade da Linha de Transmissão

	2009	2008
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	100,00	99,999

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.

#### Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Com a entrada em operação comercial em fevereiro de 2007, a Companhia Transudeste de Transmissão iniciou o recolhimento dos investimentos para os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D no final do Ciclo 2006/2007. Com o pequeno valor do investimento deste ciclo, a Companhia Transudeste, com autorização da Aneel, somou este montante ao Ciclo 2007/2008.

Em contato com a Universidade de Itajubá – UNIFEI e com a interveniência da Fundação de Pesquisa e Assessoramento à Indústria – FUPAI, a Companhia Transudeste de Transmissão assinou um contrato de prestação de serviços tecnológicos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, referente ao projeto intitulado "Desenvolvimento de metodologia para avaliação de riscos e incertezas de saídas de linha de transmissão e impactos econômicos", cujo projeto encontra-se em andamento.

#### Responsabilidade socioambiental

#### Ações culturais e sociais

Como forma de incentivo a cultura, a Companhia Transudeste de Transmissão implantou e realizou diversos projetos de ações culturais e sociais na área de abrangência da Linha de Transmissão Itutinga-Juiz de Fora, em razão da sua conduta de responsabilidade socioambiental.

Parte destas ações teve por objetivo prevenir e reduzir as interferências ambientais ocasionadas na construção do empreendimento com uma gestão ambiental de qualidade na execução dos projetos e ações ambientais previstos no PCA, através do acompanhamento dos trabalhos realizados desde a fase de concepção do empreendimento até ao final de sua implantação.

Agindo assim, a gestão ambiental promoveu a integração entre todos os projetos em execução e propiciou o envolvimento das comunidades e órgãos públicos municipais da região.

Ações de Controle Ambiental na Fase de Implantação da LT Itutinga-Juiz de Fora com os resíduos sólidos teve como objetivo minimizar os impactos ambientais gerados nos canteiros de obra e escritório central, além da construção das fundações da obra propriamente dita. Recuperação de área degradada, teve por finalidade a recuperação e conservação dos recursos naturais, monitoramento das espécies nativas de anfíbios e répteis *Herpetofauna* e dos *Callicebus Personatus* primatas importantes indicadores para as florestas tropicais na conservação da biodiversidade.

Demais ações foram criadas visando prevenir, minimizar e acompanhar as interferências que o empreendimento causou sobre a vida das comunidades locais. Para tanto, foram desenvolvidas ações educativas, informativas, de saúde pública, culturais e econômicas. Como a Educação Ambiental e Social, Monitoramento dos Aspectos Socioeconômico, Vigilância e Epidermológico e Apoio as Ações de Saúde Com o objetivo de realizar busca arqueológica e promover ações de Educação Patrimonial nos municípios, a pesquisa arqueológica foi fundamental na área de abrangência da LT Itutinga-Juiz de Fora.

A Companhia Transudeste desenvolveu, também, ações extraordinárias no sentido de estabelecer uma relação ainda mais próxima, responsável e harmoniosa com a população e o meio ambiente em parceria com a Fundação Zoobotânica, de Belo Horizonte, e o Comitê Brasileiro para Conservação do Muriqui, a Transudeste constituiu um novo espaço no Zoológico de Belo Horizonte que irá abrigar os macacos conhecidos popularmente como Muriquis, ou Mono-Carvoeiros. Esta é uma obra compensatória e está sob acompanhamento do Ibama e da Feam.

#### Desempenho econômico-financeiro

Conforme Contrato de Concessão, a prestação do serviço de transmissão se dará mediante o pagamento de Receita Anual Permitida a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IGPM, sendo que, a partir do 16º ano de operação, a receita anual permitida será de 50% da vigente até o 15º ano.

No exercício de 2009, a Companhia obteve um Resultado Operacional de R\$ 8.381mil (2008, R\$ 2.258 mil) e um Lucro Líquido após a Provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social de R\$ 7.799 mil (2008, R\$ 2.165 mil) que representa R\$ 259,97 (2008, R\$ 72,17) por lote de 1.000 ações do capital.

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2009 e 2008 são:

	2009	2008
Liquidez geral	0,08	0,08
Liquidez corrente	0,50	0,55
Relação patrimônio líquido/ativo total	0,49	0,40
Relação do passivo não circulante/ativo total	0,44	0,51
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	19,52%	6,36%
Relação lucro operacional/patrimônio Líquido (%)	20,98%	6,64%
(*) Margem EBITDA (LAJIDA) (%)	86,86%	87,46%

(\*) Margem de EBITDA (LAJIDA) foi obtida pela divisão do EBITDA (LAJIDA) pela ROL. A ROL consiste em Receita bruta menos o PIS, COFINS e RGR.

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e do Setor Elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria



Edifício Asamar Rua Paraíba, 1000 10º andar - Funcionários 30130-141 - Belo Horizonte, MG, Brasil

Tel.: (5531) 3055-7750 Fax: (5531) 3055-7759 www.ey.com.br

#### **Parecer dos Auditores Independentes**

Aos Diretores e Acionistas da Companhia Transudeste de Transmissão

- 1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Transudeste de Transmissão, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
- 2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo nº 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transudeste de Transmissão em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.





4. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer, datado de 05 de fevereiro de 2009, sem ressalvas.

Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2010.

**ERNST & YOUNG** 

Auditores Independentes S/S

CRC - 2SP 015.199/Q-6-F-MG

Flavio de Aguino Machado

Contador CRC - MG 065.899/O-2

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2009 e 2008 (em milhares de Reais)

Ativo	2009	(Reclassificado – Nota 3) 2008
Circulante		
Disponibilidades (nota 5)	518	511
Aplicações financeiras (nota 5)	732	1.960
Concessionárias e permissionárias (nota 6)	1.665	1.561
Tributos e contribuições sociais (nota 7)	58	71
Adiantamento a fornecedores	232	-
Outros	51	42
Total do ativo circulante	3.256	4.145
Não circulante		
Imobilizado (nota 8)	78.591	79.582
Intangível	482	482
Total do ativo não circulante	79.073	80.064

Total do ativo **82.329 84.209** 

Passivo -	2009	(Reclassificado – Nota 3) 2008
Circulante		
Fornecedores	81	84
Empréstimos e financiamentos (nota 9)	1.772	2.189
Provisões pré-operacionais (nota 11)	1.884	4.008
Dividendos propostos	1.852	482
Tributos e contribuições sociais	524	418
Taxas regulamentares (nota 10)	225	202
Outros _	97	170
Total do passivo circulante	6.435	7.553
Não circulante Exigível a longo prazo:		
Empréstimos e financiamentos (nota 9)	35.576	42.140
Taxas regulamentares (nota 10)	293	398
Outros	79	119
Total do passivo não circulante	35.948	42.657
Patrimônio líquido (nota 14)		
Capital social	30.000	30.000
Reservas de lucros	9.946	3.999
Total do patrimônio líquido	39.946	33.999
	33.340	55.999
Total do passivo e patrimônio líquido	82.329	84.209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações expresso em reais)

	2009	Reclassificado – Nota 3) 2008
Receita operacional Disponibilização do sistema de transmissão	15.079	14.037
Deduções da receita operacional		
PIS	(97)	(92)
COFINS	(449)	(425)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(374) (139)	(354) (131)
_	(1.059)	(1.002)
Receita operacional líquida	14.020	13.035
Custo de operação		
Pessoal	(214)	(175)
Material	(3)	(5)
Serviços de terceiros Depreciação	(1.071) (2.269)	(684) (2.264)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica – TFSEE	(75)	(71)
Outras	(15)	(213)
<u> </u>	(3.647)	(3.412)
Lucro operacional bruto	10.373	9.623
Despesas operacionais		
Pessoal e administradores	(250)	(212)
Material	(9)	(8)
Serviços de terceiros Outras	(220) (50)	(217) (50)
	(529)	(487)
Resultado do serviço	9.844	9.136
Resultado financeiro		
Receita financeira	303	486
Despesa financeira (nota 16)	(1.766)	(7.364)
	(1.463)	(6.878)
Resultado operacional	8.381	2.258
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	8.381	2.258
Imposto de renda	(382)	(24)
Contribuição social	(200)	(69)
<u>-</u>	(582)	(93)
Lucro líquido do exercicio	7.799	2.165
Lucro líquido por lote de 1000 ações - R\$	259,97	72,17
Quantidade de ações ao final do exercício (em milhares)	30.000	30.000
As notas explicativas são parte integrante das demonst	rações contábeis.	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (em milhares de reais)

		Reservas	de lucros		
<u>-</u>	Capital social	Legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2007	30.000	161	2.289	-	32.450
Ajuste de exercícios anteriores	-		-	(134)	(134)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.165	2.165
Destinação proposta à AGO: Reserva legal Dividendos propostos Lucros remanescentes à disposição da assembléia	- - -	101 - -	- - 1.448	(101) (482) (1.448)	(482) -
Saldo em 31 de dezembro de 2008	30.000	262	3.737	-	33.999
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.799	7.799
Destinação proposta à AGO: Reserva legal Dividendos propostos Lucros remanescentes à disposição da assembléia	- - -	390 - -	- - 5.557	(390) (1.852) (5.557)	(1.852)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	30.000	652	9.294	-	39.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

	2009	(Reclassificado – Nota 3) 2008
Atividades operacionais Lucro líquido do exercício Itens que não afetam o capital circulante	7.799	2.165
Depreciação	2,269	2.264
Variações monetárias e cambiais líquidas	1.734	7.334
Ajustes exercícios anteriores	-	(134)
Baixa do Imobilizado	471	<u> </u>
	12.273	11.629
(Aumento) / redução no ativo		
Fundo de investimento, vinculado ao empréstimo BNDES	(211)	100
Concessionárias e permissionárias	(104)	(122)
Tributos e contribuições compensáveis	13	(20)
Outros	(241)	`4´
	(543)	(38)
Aumento / (redução) no passivo		
Fornecedores	(2.128)	(820)
Folha de pagamento	5	(3)
Taxas regulamentares	55	(205)
Tributos e contribuições sociais	106	(846)
Redução do Exigível a longo prazo	(144)	-
Outras exigibildades	-	652
5	(2.216)	(1.222)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	9.514	10.369
Atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	(1.747)	(160)
Outros	(1.747)	(46)
Odilos		(40)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.747)	(206)
Atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(482)	(763)
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(8.506)	(8.836)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(8.988)	(9.599)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.221)	564
Demonstração do aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.250	2.471
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.471	1.907
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de		
caixa	(1.221)	564
•		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos valores adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

	2009	(Reclassificado – Nota 3) 2008
Receitas Disponibilização do sistema de transmissão	15.079	14.037
( - ) Insumos adquiridos de terceiros Serviços de terceiros	(1.291)	(901)
Materiais	(1.231)	(13)
Outros custos operacionais	(29)	(258)
	(1.332)	(1.172)
Valor adicionado bruto	13.747	12.865
( - ) Quotas de reintegração (depreciação)	(2.269)	(2.264)
Valor adicionado líquido	11.478	10.601
(+) Valor adicionado recebido em transferência Receita financeira	309	452
Valor adicionado a distribuir	11.787	11.053
valor adicionado a distribuir	11.707	11.000
Distribuição do valor adicionado Pessoal e encargos		
Remunerações	392	239
Encargos sociais (exceto INSS)	6	45
Auxílio alimentação Assistência médica e transporte	12 10	14 21
Vale Transporte	10	-
Outras	2	<u>-</u>
-	423	319
Governo		
INSS (sobre remunerações)	43	68
Imposto de renda e contribuição social	582	93
PIS e COFINS	546 588	483 556
Encargos do consumidor Contribuição Sindical	21	-
CPMF	-	1
IPTU .	1_	<del>-</del>
Outros impostos e taxas	<u>5</u> 1.786	<u>4</u> 1.205
Financiadores		1.200
Juros e variações monetárias	1.734	7.338
Aluguéis	12	-
Outras despesas financeiras	33 1.779	26 7.364
Acionistas		7.001
Dividendos propostos	1.852	482
Reservas de lucros	5.947 7.799	1.683 2.165
<del>-</del>	11.787	11.053
Valor adicionado (médio) por empregado	3.929	5.527
= = = = = = = = = = = = = = = = = = = =		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Balanços Sociais (Não auditados) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

_	20	009 (Não auditado	0)	20	08 (Não auditado	o)
Base de cálculo Receita líquida (RL) Lucro operacional (LO) Folha de pagamento bruta (FPB)	14.020 8.381 392			13.025 2.258 239		
	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL
Indicadores sociais internos	40	40 500/	0.25%	110	47.000/	0.070/
Encargos sociais compulsórios Auxílio alimentação	49 12	12,50% 3,06%	0,35% 0,09%	113 14	47,28% 5,86%	0,87% 0,11%
Auxilio alimentação Assistência médica e transporte	10	2,55%	0,09%	21	5,66% 8,76%	0,11%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total	71	18,12%	0,51%	148	61,93%	1,14%
	Valor	% Sobre LO	% Sobre RL	Valor	% Sobre LO	% Sobre RL
Indicadores sociais externos	Valor	70 CODIC EC	70 CODIC IXE	Valor	70 00510 20	70 GODIC IXE
Doações e contribuições	36	0,43%	0,26%	33	1,46%	0,25%
Tributos excluídos encargos sociais	1.133	13,52%	8,08%	576	25,51%	4,42%
	1.169	13,95%	8,34%	609	26,97%	4,68%
Indicadores do corpo funcional						
Empregados no final do período	3			2		
Escolaridade dos empregados						
Superior e extensão universitária	3			2		
Faixa etária dos empregados Abaixo de 30 anos	3			2		
Admissões durante o ano	1			2		
Mulheres que trabalham na empresa	3			2		
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial Relação entre a maior e a menor remuneração de empregado na	4.04			4.05		
empresa:	1,24 vezes			1,05 vezes		
Acidentes de trabalho	Nenhum			Nenhum		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

#### 1. Contexto operacional

A Companhia Transudeste de Transmissão foi constituída em 25 de outubro de 2004 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Companhia entrou em operação comercial em 23 de fevereiro de 2007.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e por FURNAS Centrais Elétricas, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

#### 2. Da concessão

Pelo Contrato de Concessão nº 005/2005, de 04 de março de 2005, foi outorgado à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora – 345 kV pelo período de 30 anos (março/2035).

A receita anual permitida – "RAP", conforme Resolução Homologatória ANEEL nº. 843 de 25 de junho de 2009 é de R\$ 15.349, referente ao ciclo 2009/2010 (R\$ 14.809 referente ciclo 2008/2009). De acordo com o Contrato de Concessão a partir do 16º ano de operação comercial a Receita Anual Permitida – RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devido à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente, contudo neste momento, esta não dispõe de bases confiáveis para efetuar a mensuração destes valores tendo em vista as incertezas decorrentes das condições de uso dos bens na data futura e do seu valor no tempo.

Até o presente momento, a Administração informa que todas as obrigações contratuais decorrentes do contrato de concessão de transmissão e solicitações efetuadas pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) foram devidamente cumpridas, não tendo, portanto, conhecimento de qualquer notificação de aplicação de multa sobre descumprimento de clausula do contrato de concessão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

#### 3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e nas Normas Contábeis aplicáveis às Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, de acordo com o modelo sugerido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do Despacho n° 4722 de 18 de dezembro de 2009.

Conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC n° 13, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Companhia passou a adotar a Lei n° 11.638/07 e a Medida Provisória n° 449/08 (convertida na Lei n° 11.941, de 27 de maio de 2009). A Companhia adotou como data de transição 1°de janeiro de 2008. O Comitê de Pronunciamento Contábeis emitiu e o CFC aprovou ao longo do exercício de 2009 diversos pronunciamentos contábeis alinhados com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards* Board, com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1° de janeiro de 2010 com aplicação retroativa a 2009 para fins de comparabilidade. A Companhia efetuou avaliação dos pronunciamentos técnicos já emitidos e concluiu que, à exceção das interpretações técnicas ICPC 01 – Contratos de Concessão e ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, os demais pronunciamentos não terão impacto relevante em suas demonstrações contábeis.

A interpretação técnica ICPC 01 estabelece os princípios gerais sobre o reconhecimento e a mensuração das obrigações e os respectivos direitos dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário deve ser registrada pelo seu valor justo, correspondendo os direitos sobre um ativo financeiro e/ou um ativo intangível.

Considerando a extensão da complexidade das alterações requeridas pela referida interpretação técnica, a Companhia está avaliando os seus reflexos nas suas demonstrações contábeis, ao tempo em que acompanha as discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre aspectos para aplicação da referida instrução técnica.

Neste momento, até que haja um maior esclarecimento sobre a aplicação prática da referida instrução técnica, a Companhia entende que não é possível avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

# 3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis -- Continuação

Conforme apresentado na Nota  $n^{\circ}$  9, em 2009 e 2008 a Companhia reclassificou suas aplicações financeiras em renda fixa, vinculadas ao financiamento junto ao BNDES, do ativo circulante (aplicações financeiras) para conta redutora de empréstimos e financiamentos do passivo circulante. Os valores desses investimentos reclassificados nos balanços patrimoniais e fluxos de caixa de 2008 e 2009 foram R\$2.373 e R\$2.583, respectivamente.

A Companhia também reclassificou o resultado líquido de variação cambial para a rubrica de despesas financeiras. Essa reclassificação afetou as demonstrações do resultado e do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

#### 4. Sumário das principais práticas contábeis

#### a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

#### b) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para redução ao valor recuperável e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem as disponibilidades que representam, principalmente, saldos em conta corrente e aplicações financeiras com conversibilidade imediata. As aplicações financeiras são registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

#### 4. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação

#### d) Concessionárias e permissionárias

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Devido às características das atividades da Companhia, não existe praticamente histórico de inadimplência, portanto, não existe a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Adicionalmente, considerando o prazo de vencimento das faturas de 15 a 35 dias, não se aplica o cálculo do valor presente.

#### e) Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, incluindo os juros incorridos com empréstimos tomados para construção dos ativos, menos a depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Portaria DNAEE n° 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL n° 015 de 29 de dezembro de 1997.

As taxas anuais de depreciação estão determinadas na tabela anexa às Resoluções n° 02, de 24 de dezembro de 1997, n° 44, de 17 de março de 1999, que variam de 2,5% a 20% ao ano. A Resolução Normativa n° 240 de 5 de dezembro de 2006 estabeleceu a equalização das taxas anuais de depreciação.

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de indicadores de perda do valor recuperável dos ativos de longo prazo. Para os exercícios de 2008 e 2009, não foram observados indicadores de perda de valor recuperável do ativo imobilizado.

#### f) <u>Instrumentos financeiros</u>

A Companhia possui as seguintes categorias de instrumentos financeiros:

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo: Incluem basicamente as aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa;

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

#### 4. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação

#### f) <u>Instrumentos financeiros -- Continuação</u>

- (ii) Ativos Recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras;
- (iii) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis e incorridos, são reconhecidos no resultado na linha de receitas ou despesas financeiras.

#### g) <u>Tributação</u>

As receitas de vendas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa Integração Social PIS: alíquota de 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social COFINS: alíquota de 3,00%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social determinados pelo regime do lucro presumido. O imposto de renda é calculado trimestralmente aplicando-se 8% sobre o faturamento bruto, e sobre essa base tributável incide alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses. A contribuição social também é apurada trimestralmente, aplicando-se 12% sobre o faturamento bruto, e sobre essa base tributável incide a alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos foram calculados sobre as diferenças temporárias relativas ao recebimento de órgãos públicos e diferimento de pagamentos à órgãos públicos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

#### 4. Sumário das principais práticas contábeis -- Continuação

#### h) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### i) <u>Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado</u>

As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	2009	2008
Caixa e depósitos bancários à vista	518	511
Aplicações financeiras	732	1.960
	1.250	2.471

As aplicações financeiras representam aplicações em fundos de investimento em renda fixa e CDB, tiveram remuneração entre 95% e 102% do CDI.

#### 6. Concessionárias e permissionárias

	2009	2008	
	4.665	4 504	
Encargos de uso da transmissão faturados, a receber	1.665	1.561	

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

#### 7. Tributos e contribuições sociais

Por força de determinações legais, a Companhia sofreu retenções e realizou antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos finais estão assim constituidos:

	2009	2008
Ativo	-	_
PIS/COFINS/CSLL - Lei 10.833/2003	20	32
IRPJ por estimativa	20	39
IRRF a compensar	12	-
Outros	6	-
	58	71

Passivo	2009	2008
Imposto de renda pessoa jurídica	259	197
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	116	93
COFINS	100	94
PIS	21	21
INSS – Folha de pagamento	7	6
Outros	21	7
	524	418

#### 8. Imobilizado

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	2009				2008	
	Taxa média % anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço Terrenos Edificações, obras civis e		21		21	21	
benfeitorias	4,00	650	(52)	598	392	
Máquinas e equipamentos	2,50 a 10,00	82.308	(6.320)	75.988	78.218	
Móveis e utensílios	10,00	172	` (47)	125	140	
	•	83.151	(6.419)	76.732	78.771	
Em curso a ratear Edificações, obras civis e		1.422	-	1.422	475	
benfeitorias		_	-	-	14	
Outros		437	-	437	322	
		1.859	-	1.859	811	
Total	:	85.010	(6.419)	78.591	79.582	

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

#### 8. Imobilizado -- Continuação

A mutação do ativo imobilizado esta demonstrada abaixo:

	2009					
	Saldos em 31/12/08	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/09	
Em serviço						
Terrenos	21				21	
Edificações, obras civis e						
benfeitorias	423			227	650	
Máquinas e equipamentos	82.307				82.308	
Móveis e utensílios	170			2	172	
	82.921			229	83.151	
Depreciação						
Máquinas e equipamentos Edificações, obras civis e	( 4.089)	(2.231)			( 6.320)	
benfeitorias	(31)	(21)			(52)	
Móveis e utensílios	(30)	(17)			(47)	
	(4.150)	(2.269)			( 6.419)	
Em curso						
a ratear Edificações, obras civis e	475	1.341	(394)		1.422	
benfeitorias	14	213		(227)		
Móveis e utensílios		2		(2)		
Outros	322	192	(77)		437	
	811	1.747	(471)	(229)	1.859	
Total	79.582	(521)	(471)		78.591	

De acordo com os artigos 63 e 64 Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a esses serviços não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL n° 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

No exercício de 2010, a Companhia procederá as modificações no seu controle patrimonial introduzidas pela Resolução Normativa n.º 367, de 02 de junho de 2009, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, o qual requer atualização em face de alteração de conceitos regulatórios, de avanços tecnológicos, da necessidade de aperfeiçoamento do controle patrimonial e de uma nova estrutura dos procedimentos de imobilização dos bens e instalações do Setor Elétrico, de forma a atender às atuais normas regulamentares. Essa Resolução prevê também a revisão das vidas úteis econômicas dos bens.

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

#### 9. Empréstimo e financiamentos

			2009			2008
		`Circulante		Não circulante		
	Principal	Encargos	Total	Principal e encargos	Total	Total
Moeda nacional						
Santander BDMG BNDES	1.148 1.147 1.195	48 49 48	1.196 1.196 1.243	9.754 9.753 10.157	10.950 10.949 11.400	12.088 12.086 12.585
	3.490	145	3.635	29.664	33.299	36.759
Moeda estrangeira						
Santander	229	8	237	1.944	2.182	3.326
BDMG	229	9	238	1.944	2.181	3.239
BNDES	237	8	245	2.024	2.271	3.378
	695	25	720	5.912	6.633	9.943
	4.185	170	4.355	35.576	39.932	46.702
(-) Aplicações em renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES			(2.583)			(2.373)
	4.185	170	1.772	35.576	39.932	44.329

Os financiamentos tiveram como finalidade a implantação do sistema de transmissão de energia da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de fora e têm hoje como garantia, penhor de direitos emergentes do contrato de concessão, penhor dos direitos de crédito, garantias fidejussórias e seguro garantia de obrigações públicas emitida por UBF Garantias & Seguros S.A.

Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos aos seguintes encargos:

#### Moeda nacional

Sobre o saldo devedor incidirão juros à taxa de 4,5% ao ano acima da TJLP, a partir da data de liberação dos recursos pelo BNDES aos AGENTES FINANCEIROS (BDMG e Santander Banespa), observadas as condições em que a TJLP for superior a 6% e quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (descrito em contrato).

Sobre o saldo devedor incidirão juros à taxa de 4,0% ao ano acima da TJLP, a partir da data de liberação dos recursos pelo BNDES, observada as condições em que a TJLP for superior a 6% e quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (descrito em contrato).

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

#### 9. Empréstimo e financiamentos -- Continuação

#### Moeda estrangeira

O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,5% ao ano, acima da taxa variável capitalizados nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, durante o prazo de carência e exigíveis mensalmente, a partir de 15 de setembro de 2007 para os contratos celebrados com o BDMG/Santander.

O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação pelo BNDES e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,0% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente no dia 16 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação deste recurso, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros, calculados sobre o saldo devedor atualizado para o contrato celebrado com o BNDES.

Os empréstimos e financiamentos serão pagos em 142 prestações mensais com vencimento final em 2019.

Os vencimentos anuais das parcelas do principal dos financiamentos a longo prazo são os seguintes:

	Mo	eda naciona	1	Mo	oeda estrangeira	<u> </u>	
	Santander	BDMG	BNDES	Santander	BDMG	BNDES	Total
2011	1.147	1.147	1.195	229	229	238	4.185
2012	1.147	1.147	1.195	229	229	238	4.185
2013	1.147	1.147	1.195	229	229	238	4.185
2014	1.147	1.147	1.195	229	229	238	4.185
2015	1.147	1.147	1.195	229	229	238	4.185
Após 2015	4.016	4.016	4.184	800	800	835	4.185
Total	9.751	9.751	10.156	1.945	1.945	2.025	35.576

A Companhia não tem conhecimento de qualquer violação de cláusulas restritivas dos contratos de financiamentos celebrados com as instituições acima descritas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

#### 10. Taxas regulamentares

	2009	2008
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	302	311
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	187	203
Taxa de Fiscalização ANEEL	29	86
Total	518	600
Circulante	225	202
Não Circulante	293	398

#### 11. Provisões pré-operacionais

	2009	2008
EPC Pré-Operacional – Substações	211	1.200
EPC Pré-Operacional – Linhas	1.673	2.808
	1.884	4.008

Corresponde à estimativa de custos adicionais incorridos durante a construção das linhas de transmissão da Companhia (LT Itutinga – Juiz de Fora), conforme Contrato de EPC celebrado com o Consórcio Alusa/Orteng Os valores a pagar são atualizados pelo IGP-M e e não possuem prazo de vencimento.

#### 12. Transações com partes relacionadas

#### Contratos ainda em vigor da fase pré-operacional:

 Aditivo firmado relativo ao contrato de 2005 de "Empreitada Total a Preço Global e Prazo Determinado", para o fornecimento de materiais e equipamentos, serviços de engenharia e obras civis, para implantação das instalações de transmissão do empreendimento da Alusa Engenharia Ltda. e Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda no valor de R\$ 4.014.

#### Contratos da fase operacional:

 CEMIG para execução dos serviços de operação e manutenção da linha de transmissão Itutinga - Juiz de Fora associadas a obras na SE Juiz de Fora contratado pelo valor de R\$ 2.890 que contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.464 de 7 de agosto de 2007.

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

#### 12. Transações com partes relacionadas -- Continuação

- FURNAS para execução dos serviços de operação e manutenção da linha de transmissão Itutinga - Juiz de Fora associadas a obras na SE Itutinga contratado pelo valor de R\$ 860 que contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.464 de 7 agosto de 2007.
- CEMIG para execução do compartilhamento de instalações relativo a SE de Juiz de Fora da LT Itutinga-Juiz de Fora contratado pelo valor de R\$ 6 mensais.

Adicionalmente, os contratos de EPC a pagar, descritos na Nota 11 são obrigações com partes relacionadas.

#### 13. Contingências

A Companhia é parte em processos administrativos relacionados à constituição de servidão administrativa, decorrentes do curso normal das operações.

Tendo em vista o atual estágio desses processos, a Companhia e seus assessores jurídicos entendem que não há necessidade de constituição de provisão para esse assunto em 31 de dezembro de 2009.

#### 14. Patrimônio líquido

#### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o capital social autorizado e integralizado era de R\$ 30.000, representado por 30.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2009, é a seguinte:

Acionista	Quantidade	ntidade de ações		
	2009 e 2008			
	Integralizadas	% do capital		
Transminas Holding S/A	12.299.998	40,999933%		
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	7.199.999	23,999999%		
Furnas Centrais Elétricas S.A.	7.499.999	24,999999%		
Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.	2.999.999	9,90007%		
Conselheiros	5	0,099999%		
	30.000.000	100,000000%		

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

#### 14. Patrimônio líquido -- Continuação

#### b. Reservas de lucro

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva especial de retenção de lucros

Os lucros remanescentes foram mantidos na conta de reserva de lucros à disposição da Assembléia dos acionistas, para sua destinação.

#### c. Dividendos propostos

As demonstrações contábeis registram a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação dos Acionistas em Assembléia Geral, para distribuição de dividendos mínimos estabelecido pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal).

#### 15. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro com a Zurick Brasil Seguros S/A em garantia de suas operações no montante total de R\$ 5.223.926,25, relacionado a riscos nomeados com vigência até 24/05/2010.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, a opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis -- Continuação 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

#### 16. Despesas financeiras

	2009	2008
Encargos de empréstimos e financiamentos	1.468	7.338
Outras despesas financeiras líquidas	298	26
	1.766	7.364

#### 17. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2009 e 2008, não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

A Companhia possui os seguintes riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros:

• Risco de taxas de juros

A Companhia pode sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os contratos de financiamentos em moeda estrangeira e ter redução de rentabilidade nas aplicações financeiras em renda fixa.

Risco de taxas de câmbio/cestas de moeda

A Companhia possui contrato de financiamento em moeda estrangeira (cesta de moedas), correspondente a 17% do total financiado.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

A Companhia está em operação e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

Ernst & Young | 23

#### Conselho de Administração

José Lazaro Alves Rodrigues – Presidente Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - Conselheiro Milton Pânico Júnior – Conselheiro Ricardo Vinhas Correa da Silva – Conselheiro Eliana Soares da Cunha Castello Branco – Conselheira

#### **Diretoria**

José Renato Simões Machado – Diretor-técnico Eduardo A.de Figueiredo – Diretor Adm.Financeiro

Contadora responsável

Flávia Miranda Silva Contadora CRC N° MG-067247/0-2